

Um aniversário de luta

Vale do Rio Doce

Sindsep disponibiliza urnas do Plebiscito Popular

Organizado pela CUT Nacional em conjunto com a Coordenação dos Movimentos Sociais, já começou o Plebiscito Popular pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce. Maior produtora de minério de ferro do mundo, a empresa foi leiloadada em 1997, no governo FHC. Ela era avaliada em R\$ 92 bilhões, mas passou para mãos privadas por apenas R\$ 3 bi.

O Sindsep-DF deu início à coleta de votos dos servidores na festa de aniversário, dia 31.08. Durante toda esta semana, vinte urnas circularão pelos órgãos federais em Brasília. Este é o momento de defender o patrimônio de todos os brasileiros. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região reabriu uma Ação Popular que questiona a privatização. A campanha exige que o presidente Lula ouça a vontade do povo e transfira o governo do pólo passivo (réu) da ação para o pólo ativo (co-autor) e assim contribua para anular o leilão. Procure os diretores e delegados sindicais do Sindsep-DF para saber os dias e locais em que uma urna estará em seu local de trabalho. Mais informações e pedidos de material para o plebiscito com Vilson: 9223-4350 ou 3212-1900. A apuração no DF ocorrerá a partir do dia 9 de setembro, na CUT-DF.

A VALE DEVE CONTINUAR NAS MÃOS DO CAPITAL PRIVADO?



Participe do plebiscito popular pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, de 1º a 7 de setembro.

A festa que comemorou os 20 anos do Sindsep-DF, com a presença de mais de 6 mil servidores e suas famílias, foi marcada pelo início do plebiscito pela anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce.

Fiel à sua tradição, os servidores federais de Brasília combinam a luta específica pelos planos de carreira com a defesa dos serviços públicos e da soberania nacional, num momento particularmente agudo da situação, em que os patrões, os governos, tentam impor a retirada de direitos e os trabalhadores respondem com a melhor arma que possuem: a mobilização unitária, do setor público e privado, do campo e da cidade.

O aniversário do Sindsep-DF está

sendo comemorado com lutas pelos planos de carreira, com negociações que continuam em defesa do serviço público, contra o PLP 92 (fundações estatais), PLP 01 (congelamento salarial), pelo direito irrestrito de greve, negociação coletiva no setor público, paridade ativo-aposentado-pensionista, não a qualquer modalidade de desconto dos dias de greve, reintegração dos anistiados.

Unidos aos trabalhadores do setor privado, os servidores acrescentaram à sua pauta reivindicações gerais: manutenção do veto à

Emenda 3; reforma agrária; educação pública de qualidade; previdência pública para todos; anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce.

A união e a organização da categoria levaram 20 mil trabalhadores à Esplanada dos Ministérios (15 de agosto). Será esta mesma união que levará os servidores à vitória.

Parabéns servidores!



Um dia de paralisação

Em assembléia, na quarta-feira, dia 29.08, os servidores administrativos da Advocacia-Geral da União (AGU) decidiram fazer uma paralisação de 24 horas na quinta-feira, dia 30.08. O objetivo foi forçar o Advogado-Geral da União a negociar com os ministérios da Fazenda e do Planejamento o encaminhamento ao Congresso Nacional de um projeto alternativo elaborado pela própria Casa, já autorizado pelo presidente da República, e que concede gratificação aos servidores do órgão. A paralisação foi unificada com os advogados públicos. No entendimen-



30.08: servidores e advogados fazem paralisação conjunta

to dos servidores, embora a luta pelo plano de carreira ainda esteja na ordem do dia, o projeto alternativo re-

presenta um avanço para a categoria e para consolidação da Advocacia Pública. Dependendo da posição do

governo, uma nova assembléia deve acontecer esta semana para deliberar sobre indicativo de greve.

MTE/DRTs

Categoria elabora Plano de Carreira

Reunidos em Plenária Nacional, dia 25.08, os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) aprovaram proposta de Plano de Carreira elaborada em conjunto com a Fenasps. No calendário de mobilização foi aprovada a realização de um Dia Nacional de Luta nos estados pelo plano de carreira, o que deve ocorrer na primeira quinzena de setembro. Realizada nas excelentes instalações do Sindsep-MG, a plenária contou com a presença de delegados de 17 unidades da federação.

Expediente:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Edison Cardoni, Oton Pereira Neves, José Parente, Mônia Silvestrin, Roberto Glauber, Roberto Monteiro e Valda Eustáquia - Conselho Editorial: Edison Cardoni (coordenador da Secretaria de Imprensa), Roberto Monteiro de Oliveira, Leonio Gomes Lacerda, Ricardo Jacome, Marta Rosângela e Carlos Henrique - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Estagiária: Leide Santos Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergráf - Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

HFA

Problemas no estacionamento

Atendendo a pedidos dos servidores, o Sindsep-DF vai encaminhar um ofício para o Hospital das Forças Armadas (HFA) solicitando audiência para tratar dos pro-

blemas causados pela nova estrutura de estacionamento no local, que prejudica o acesso de funcionários e de pacientes do INCOR.



Estacionamento distante do prédio do hospital prejudica servidores e pacientes

MDIC

Transferência da Junta Comercial

Em audiência com o secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), no dia 22.08, o Sindsep-DF discutiu a possível transferência da Junta Comercial do DF para o Governo do Distrito Federal (GDF). De acordo com a direção do órgão, o projeto de lei encaminhado à Casa Civil

apresentou um problema na sua redação, por isso, o seu encaminhamento depende ainda de reunião entre a assessoria jurídica da Casa Civil e a direção do MDIC.

No que se refere aos 43 servidores federais lotados na Junta Comercial, a informação é de que todos serão aproveitados pelo Departamento Nacional

de Registro de Comércio (DNRC) para desenvolver o controle e avaliação de todas as juntas do país. A princípio, ninguém será colocado à disposição do GDF, que deverá criar funções gratificadas para preencher o quadro de pessoal necessário ao serviço. Os atuais servidores da Junta que desejarem exercer um cargo comissionado



Acessopúblico

Clássicos da literatura universal de graça na internet

A partir da próxima semana, o Esplanada Geral publica resenhas de clássicos da literatura universal disponíveis no portal "Domínio Público". Lançado em novembro de 2004, o portal é uma biblioteca virtual onde o usuário pode baixar gratuitamente obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos). Todas as obras já estão em domínio público ou tem a sua divulgação devidamente autorizada. Estão disponíveis para download obras de Machado de Assis, poesias de Fernando Pessoa, obras de Shakespeare em português; pinturas de Leonardo Da Vinci, música erudita brasileira em MP3, entre outros arquivos.

www.dominiopublico.gov.br

Internet

Novo sítio

A partir do dia 17 de setembro, entra no ar a nova página do Sindsep-DF na Internet, com um novo visual para facilitar as consultas dos servidores às informações e ferramentas modernas.

nos termos da Lei 8.112 serão cedidos ao GDF. Aqueles que não desejarem ir para o DNRC e nem para o GDF, terão seu caso analisado individualmente. O Sindsep-DF é contrário a transferência da Junta Comercial por considerar que é de responsabilidade da União o registro de empresas, especialmente das empresas públicas federais, tais como Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica.

Em defesa do serviço público

Uma grande confusão vem se fazendo em torno de três propostas de emenda à constituição que tramitam na Câmara dos Deputados, as PECs 54/99, 59/99 e 02/03. Nelas realmente há dispositivos prejudiciais ao serviço público. Mas há uma situação que deve ser examinada visando à regularização.

Conheça resumidamente o conteúdo dessas PECs (visite a página www.sindsep-df.com.br para ler as propostas de redação).

PEC 54/99 (de autoria do dep. Celso Giglio – PTB/SP)

Voltada mais para situações existentes nos estados e municípios, essa PEC permite que pessoas admitidas sem concurso sejam efetivadas como servidores públicos integrando um quadro em extinção.

Essa PEC recebeu as seguintes emendas:

Emenda 01/03 (de au-

toria do dep. Gonzaga Patriota – PSB/PE)

- o pessoal, concursado ou não, que se encontre cedido a órgão diverso do original por pelo menos três anos consecutivos poderá optar pela efetivação de sua lotação no órgão cessionário (alguém contratado com salário inferior poderá ser efetivado em cargos mais altos).

Emenda 02/03 (de autoria do dep. Gonzaga Patriota – PSB/PE)

- os contratados para cargos de confiança anteriormente a 1988 também seriam efetivados em quadro temporário em extinção.

Emenda 03/03 (de autoria do dep. Carlos Santana – PT/RJ)

- seria efetivado o pessoal não concursado, em exercício há pelo menos dez anos continuados (hoje, alcançaria os admitidos até 1997).

A Condsef tem posição contrária à PEC 54/99

PEC 59/99 (de autoria do dep. Helenildo Ribeiro – PSBD/AL)

A exigência rígida de concurso para ingresso no serviço público foi estabelecida pelo art. 37 da Constituição de 1988. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias efetivou os servidores admitidos até 1983, inclusive os não-concursados. A PEC 59/99 es-

tende essa decisão para os servidores admitidos entre 1983 e 1988 e que ainda continuam em exercício, há 20 anos portanto.

PEC 002/03 (de autoria do dep. Gonzaga Patriota – PSB/PE)

Permite que os servidores públicos requisitados escolham se querem ficar lotados em seu órgão de origem ou no órgão em que estão trabalhando, incorrendo no mesmo problema de uma das emendas do mesmo deputado à PEC 54/99.

A Condsef tem posição contrária à PEC 002/03

CUT mantém exigência de retirada do projeto

Na semana passada, a Central Única dos Trabalhadores e a Condsef, juntamente com outras entidades de servidores não filiadas à CUT, voltaram a se reunir com o governo, desta vez tendo como tema central o PLP 01 (congelamento da folha salarial dos servidores por dez anos). As mobilizações organizadas pela CUT e pelos servidores, em unidade com os trabalhadores do setor privado, barraram a votação do PLP 01 na Câmara. Como resultado da Marcha de 15 de agosto, o governo abriu a possibilidade de “mudanças no projeto” e marcou essa reunião do dia 30.08, da qual participou também o relator do projeto, deputado José Pimentel (PT-CE). Embora o governo não tenha concordado com a posição da CUT de retirada integral do projeto, o relator Pimentel disse estar convencido da necessidade da construção de uma nova proposta que responda às diversas preocupações e afirmou que haverá “mudanças profundas” no conteúdo da iniciativa governamental.

Também por pressão do movimento, o governo abandonou a idéia de condicionar o encaminhamento da Convenção 151 da OIT ao Senado à discussão da regulamentação-restrição-proibição do direito de greve. O mandato da Condsef nessa discussão foi aprovado em plenária realizada em maio: defesa do direito irrestrito de greve que deve ser regulamentada pelos trabalhadores e suas entidades. Novas reuniões devem ocorrer ao longo do mês de setembro.

Terceirização

Dupla exploração e desregulamentação

Segundo jurisprudência firmada à luz da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) a terceirização caracteriza-se pela temporalidade (Lei 6.019/74) e se aplica também a serviços de vigilância (Lei 7.102/83), conservação e limpeza e a serviços especializados ligados à atividade meio.

Não pode haver pessoalidade, nem subordinação na relação dos trabalhos, sob pena de caracterizar vínculo empregatício direto com a empresa tomadora do serviço.

O empresariado utiliza a terceirização para driblar a lei, precarizando os direitos dos trabalhadores terceirizados que passam a ser considerados “trabalhadores de segunda categoria”. O trabalhador passa a ser duplamente explorado: pela empresa tomadora dos serviços e pela empresa que faz a terceirização.

Respeito aos direitos e à jornada de trabalho

No serviço público ainda há outros aspectos de uma situação também muito grave. Ao lado de burlar ao concurso público e da desregulamentação, não são raras as situações em que se verificam apadrinhamentos e nepotismo por meio da terceirização. O Sindsep-DF já teve que interceder contra atitudes de chefias que pretendiam substituir um servidor federal concursado por terceirizado.

Mas também podem ocorrer abusos de outro tipo. Por exemplo, o serviço público é obrigado a respeitar a limitação da jornada de trabalho para certas profissões, como telefonistas. Um servidor concursado jamais aceitaria estender essa jornada para além das seis horas diárias regulamentares. Mas por ser precarizado, o terceirizado muitas vezes é levado a submeter-se a arbitrariedades como essa.

GEAP

Garantido atendimento a dependentes

A 4ª Vara de Justiça Federal do DF acolheu o pedido de antecipação de tutela impetrado pela Condsef para garantir o atendimento a dependentes dos servidores que renovaram convênios de saúde mantidos com a Fundação de Seguridade Social (GEAP). A ação foi impetrada contra a Portaria 1.983, que excluía da cobertura pais,

mães, padrastos ou madrastas. De acordo com a Justiça, uma portaria jamais pode promover alteração na lei, por isso o governo deve manter o benefício.

O Sindsep-DF faz parte da ação da Condsef e por isso os filiados ao sindicato que estavam apreensivos com a portaria já podem comemorar porque são alcançados pela decisão.

Anistiados



Anistiados fazem vigília diária em frente ao Ministério do Planejamento pelo cumprimento do Decreto 6.077/07

Nota de Falecimento

É com profundo pesar que o Sindsep-DF comunica o falecimento de Sílvio Fernandes Salet, no dia 29.08.07, servidor público do MME e delegado sindical.



28.08: Planejamento pede mais tempo para analisar proposta dos servidores

Cultura

Governo agenda nova reunião

Em reunião na terça-feira, dia 28.08, o Ministério do Planejamento pediu mais tempo aos servidores do Sistema MinC (Ministério da Cultura, Funarte, IPHAN, Biblioteca Nacional e Fundação Palmares) para analisar a nova proposta de tabela encami-

nhada pela categoria na segunda-feira, dia 27.08. A nova proposta dos servidores sugere três principais mudanças: aumento do vencimento básico para o valor do atual rendimento do servidor; paridade ativo, aposentado e pensionista; e antecipa-

ção dos prazos de escalonamento do reajuste. A proposta do governo sugere que as parcelas sejam pagas no período de 2008 a 2010. Uma nova reunião ficou agendada para a terça-feira, dia 04.09, com horário ainda a confirmar.

Inkra

Greve pode ser retomada

Reunidos em Plenária Nacional, na quarta-feira, dia 29.08, representantes dos servidores do Inkra de todo o Brasil aprovaram o indicativo de greve para o dia 10 de setembro, caso o governo não apresente nenhuma proposta compatível com as reivindicações da categoria.

Na terça-feira, dia 28.08, aconteceu uma nova rodada de negociações. Porém, sem a presença do secretário de Recursos Humanos do MP, Duvanier Ferreira, a discussão se limitou às críticas do funcionalismo à proposta do governo. Uma próxima reunião com o setor ficou agendada para a segunda-feira, dia 03.09.



29.08: plenária nacional aprova indicativo de greve

Congresso Condsef

Assembléias para eleição delegados

Para esta semana estão agendadas sete assembléias. Conforme o estatuto da Condsef para cada cem (100) filiados ou fração, na base, é eleito um delegado, observando um quorum mínimo de presença (10 filiados para cada delegado a ser eleito). Tem direito de votar e serem votados os filiados ao Sindsep-DF até 30.06.07, conforme listas emitidas pelo sindicato.

Assembléias de eleição de delegados para o Congresso da Condsef

Órgãos	Data	Horário	Local	Diretor Responsável
Biblioteca Demonstrativa	04.09 Terça	11h	Sala Multiuso (Quadra 506/507)	Cardoni
MPS	05.09 Quarta	10h	Hall do 3º andar do anexo	Oton/Madalena
Planejamento Bloco K	05.09 Quarta	10h30	Auditório do térreo do Planejamento, Bloco K	Carlos Alberto
Ministério da Agricultura	05.09 Quarta	12h30	3º andar do Anexo	Oton
Funarte	05.09 Quarta	16h	Sala Cássia Eller Eixo Monumental	Cardoni/Júlia
INMET	06.09 Quinta	11h	Auditório	Júlio
Ministério dos Transportes	06.09 Quinta	15h	3º andar em frente ao túnel	Joel